



Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL				
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA				
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa				
Pregão Eletrônico - Embrapa nº 90002/2026				
<b>OBJETO:</b> Exploração de serviços de restaurante nas dependências da Embrapa Cenargen, em Brasília-DF, destinada ao atendimento de empregados e demais usuários devidamente autorizados pela Embrapa. A exploração compreende o fornecimento de refeições por quilo no horário do almoço, com a prerrogativa de também usar o espaço nos demais horários(manhã e tarde) para desenvolver o serviço de lanchonete, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).				
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b> <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Percentual de Desconto		<b>MODO DE DISPUTA</b> <input type="checkbox"/> ABERTO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO		
Data de Abertura: 20/05/2026 às 09:00, sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> .				
Valor total estimado: Em regra sigiloso (Lei nº 13.303/2016 e RLCC), observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016.				
<b>DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b> As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 135038 Fonte: Programa de Trabalho: Elemento de Despesa: Pl:				
<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento de Contratação</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>	<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	
Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Facultativa (X): Item 24 do Termo de Referência	Anexo IV - Contrato	Por item () Por Lotes (X) Preço Global <input type="checkbox"/>	<b>Requisitos Básicos:</b> Item 8 do Edital	<input type="checkbox"/> Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? <b>Requisitos Específicos:</b> - Atestado de Capacidade Técnica - Declaração Lei nº 13.303/2016, conforme modelo ANEXO III do Edital; Demais: - Observar o item 8 deste edital - Observar item 22 do Termo de Referência
<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/Dem.?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>	<b>Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado</b>
Sim <input type="checkbox"/> Não (X)	Sim <input type="checkbox"/> Não (X)	Sim <input type="checkbox"/> Não (X)	Sim <input type="checkbox"/> Não (X)	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
<b>Pedidos de Esclarecimentos</b>		<b>Impugnações</b>		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cenargen.compras@embrapa.br.		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço eletrônico: cenargen.compras@embrapa.br		

## DAS PROPOSTAS

**PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.**

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

## OBSERVAÇÕES GERAIS:

HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE AS DESCRIÇÕES DO CATMAT/CATSER NO COMPRASNET COM O EDITAL, PREVALECE ESTA ÚLTIMA.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia - Cenargen**, sediado no Parque Estação Biológica - PqEB Avenida W3 Norte Asa Norte CEP: 02372 - 70770-917, Brasília, Distrito Federal realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (*menor preço/por item*), nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em 21/03/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.

1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Exploração de serviços de restaurante nas instalações da Embrapa Cenargen, para atender aos empregados e demais pessoas autorizadas pela Embrapa, em Brasília-DF, mediante cessão onerosa do espaço, mediante locação mensal de R\$ 500,00, valor compatível com o interesse público e a natureza não lucrativa da concessão, conforme entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 1.443/2006 – Plenário. A contratada deverá arcar com os custos relativos ao consumo de energia elétrica, água e demais encargos de manutenção, conforme medição individualizada, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021,

quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei nº 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei nº 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei nº 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (X), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (X), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (X), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

b) estabelece o limite máximo de até  (  ) empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14

anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

#### **4. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

#### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;

b) marca, se for o caso;

c) Fabricante, se for o caso;

d) Quantidade cotada, se for o caso;

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

#### **6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.
- 6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

#### **Envio de Lances no modo de disputa "aberto"**

- 6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:
- 6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,03 (três centavos).
- 6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:
- a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

#### **Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"**

- 6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:
- 6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.
- 6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

#### **Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"**

- 6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.
- 6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
- 6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22 .

## **Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte**

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

- a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;
- b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.
- c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991**

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

## **Critério de Desempate**

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **Da Negociação da Proposta**

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

## **Envio da Proposta Final**

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora. (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)



6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

## **7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.2.1. conter vícios insanáveis;
- 7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe

técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **8. HABILITAÇÃO**

### **Consulta a Cadastros**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

### **Disposições Gerais sobre a Habilitação**

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação. (art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Habilitação Jurídica**

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

- 8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);
- 8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.
- 8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.
- 8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);
- 8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.
- 8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

#### **Habilitação Técnica**

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

- a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o objeto deste Edital, a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente;
- b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

#### **Qualificação Econômica-Financeira**

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

- 8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - 8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em \_\_\_\_%(\_\_\_\_ por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação (\_\_\_\_);

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.(\_\_\_\_)

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

## Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

## 9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

- 9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
  - b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
  - d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## 11. ERROS OU FALHAS

- 11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).
- 11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- ( ) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
- (X) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do item 26 do Termo de Referência

## 13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## 14. PENALIDADES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC)
  - 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
    - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 14.1.5. fraudar a licitação;
  - 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 14.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. multa;
  - 14.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 14.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de .... (.....) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e

impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

14.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

14.7. Qualquer conduta não prevista no item 14.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 14.12 a 14.24 deste Edital.

14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

14.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

14.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

14.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

14.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

14.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

14.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

14.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

14.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

14.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

14.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

14.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

14.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

14.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

14.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

14.13.1 No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de

Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

14.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 14.13 deste edital.

14.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

14.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

14.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

14.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

14.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

14.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

14.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

14.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

14.18.3. O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

14.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

14.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

14.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

14.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

14.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

14.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

14.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

14.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

14.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

14.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

14.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

14.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

14.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

## **15. ATOS LESIVOS À Embrapa**

15.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

15.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

15.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

15.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

15.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação



nacional;

b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

15.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

15.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

15.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

15.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

## **16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

16.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

16.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

16.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa: <https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/licitacoes>.

16.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

16.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

16.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

16.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

16.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

17.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

17.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

17.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

17.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

17.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA – Planilha de Preços;

c) ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO;

d) ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.

Brasília, 27 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]

**LEONARDO NUNES FONSECA**

Chefe-Adjunto de Administração

**Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**

Designado pela Portaria nº 971 de 30/07/2025, publicada no BCA nº 35/2025

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a exploração de serviços de restaurante nas dependências da Embrapa Cenargen, em Brasília-DF, destinada ao atendimento de empregados e demais usuários devidamente autorizados pela Embrapa. A exploração compreende o fornecimento de refeições por quilo no horário do almoço, com a prerrogativa de também usar o espaço nos demais horários (manhã e tarde) para desenvolver o serviço de lanchonete.

A exploração dar-se-á mediante cessão onerosa de uso de espaço público, formalizada por contrato de locação no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), montante considerado compatível com o interesse público e com a natureza não lucrativa da concessão, conforme entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 1.443/2006 – Plenário.

1.2. O critério de julgamento do certame será o **menor valor do quilo do alimento (R\$/kg)** a ser praticado no restaurante, observadas as condições mínimas de qualidade, variedade, higiene e adequação nutricional estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Fica estabelecido que o **valor máximo aceitável é sigiloso, observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016 e o RLCC.**

1.4. As licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta comercial, **planilha detalhada de formação de custos**, contemplando, no mínimo:

- I – custos com insumos alimentícios;
- II – mão de obra direta e indireta;
- III – encargos sociais e trabalhistas;
- IV – despesas operacionais (gás, limpeza, manutenção, entre outros);
- V – tributos incidentes;
- VI – margem de lucro estimada.

1.5. A Administração poderá realizar análise de exequibilidade das propostas, podendo solicitar esclarecimentos e documentos complementares, nos termos da legislação vigente, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem indícios de inexecutabilidade.

1.6. O valor do quilo do alimento ofertado pela licitante vencedora será fixado em contrato e somente poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de apresentação da proposta ou do último reajuste, mediante aplicação de índice oficial de inflação, preferencialmente o IPCA, ou outro que venha a substituí-lo, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração.

1.7. A contratada deverá manter afixado, em local visível ao público, o valor atualizado do quilo do alimento, sendo vedada a cobrança de valores superiores ao contratado, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

1.8. A fiscalização contratual será exercida por representante designado pela Embrapa, que acompanhará a execução dos serviços, verificando, dentre outros aspectos:

- I – o cumprimento do valor do quilo do alimento contratado;
- II – a qualidade, quantidade e variedade das refeições ofertadas;
- III – as condições de higiene e segurança alimentar;
- IV – a adequação do atendimento aos usuários.

1.9. Constatada qualquer irregularidade, a contratada será notificada para correção imediata, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato e na legislação vigente.

1.10. A contratada será integralmente responsável pelo pagamento das despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e demais encargos relacionados à manutenção e operação do espaço, observada a medição individualizada dos consumos.

Exploração de serviços de restaurante nas instalações da Embrapa Cenargen, para atender aos empregados e demais pessoas autorizadas pela Embrapa, em Brasília-DF, mediante **cessão onerosa do espaço**, por **locação no valor mensal de R\$ 500,00**, valor compatível com o interesse público e a natureza não lucrativa da concessão, conforme entendimento consolidado no **Acórdão TCU nº 1.443/2006 – Plenário**. A contratada deverá arcar com os custos relativos ao consumo de energia elétrica, água e demais encargos de manutenção, conforme medição realizada pela a equipe técnica da Embrapa Cenargen. (Não deve ser dado lance). Valor estimado pela Administração (repetir no sistema comprasnet a quantidade de 12 e o valor de R\$ 500,00)

### 2. LOCALIZAÇÃO

2.1 O restaurante da Embrapa Cenargen está localizada no Parque Estação Biológica W5 Norte (Final), Asa Norte, Brasília - DF .

2.2. Endereço para correspondências: Embrapa Cenargen - CEP: 70.770-917, Caixa Postal 02372 – Brasília/DF.

### 3. DA DESTINAÇÃO DO OBJETO

3.1 As instalações do refeitório serão utilizadas para as atividades comerciais de preparo e fornecimento de refeições, exclusivamente aos empregados e colaboradores da Embrapa e pessoas autorizadas pela Embrapa.

### 4. JUSTIFICATIVA

4.1 A contratação se justifica devido a necessidade de fornecer alimentação, proporcionando maior integração aos empregados da Embrapa Cenargen, do Distrito Federal. A cessão onerosa do imóvel e dos bens que lhe guarnecem se justifica para possibilitar o atendimento adequado das necessidades da Embrapa com relação ao fornecimento de refeições para seus empregados e melhora do clima organizacional, dentro das normas de vigilância sanitária.

### 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

5.1 O refeitório funcionará em dias úteis, de segunda a sexta-feira, para serviços de almoço conforme abaixo:

- Café da manhã: das 7h30 às 9h30;

- Almoço: das 11h00 às 14h00;

- Lanche da tarde: das 15h00 às 17h00.

5.2 O fornecimento de café da manhã e lanche da tarde visa atender empregados, estagiários e colaboradores que iniciam ou encerram a jornada de trabalho ao longo do expediente.

5.3 O valor estimado do **quilograma (kg) da refeição é sigiloso, observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016 e o RLCC**. O valor da marmite sem balança corresponderá a até **40% do valor unitário do quilograma (Kg)**.

## 6. BEM IMÓVEL A SER CEDIDO EM LOCAÇÃO PARA A CONTRATADA

6.1 O restaurante constituído por: 1 (um) salão para alimentação, área de cocção, área de recebimento e higienização de pratos, e vegetais, área para higienização de utensílios, sala de escritório, 1 áreas de serviço (DML), banheiros externos para usuários, instalação para gás – GLP, instalações hidráulicas, elétricas, esgoto. **O recolhimento do lixo é de responsabilidade da Contratada** e deve ser devidamente acondicionado em sacos plásticos vedados.

6.2. O quantitativo e a natureza dos bens disponibilizados poderá sofrer atualizações à época da assinatura do contrato.

6.3. A Contratante disponibilizará à CONTRATADA os bens relacionados no Anexo II que será responsável pela guarda e a responsabilidade dos bens assinando correspondente “Termo de Recebimento e Responsabilidade”, comprometendo-se que os devolverá findo o prazo de vigência da cessão, no mesmo estado em que os recebeu, salvo desgaste pelo uso regular, fazendo a reposição dos objetos perdidos ou danificados por outros da mesma marca e qualidade, de forma a não interromper fornecimento de refeições.

## 7. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS A SEREM CEDIDOS EM LOCAÇÃO PARA A CONTRATADA

7.1 O acervo patrimonial, contendo os equipamentos e utensílios do refeitório, integrará o Edital, sob a forma de Anexo I ao Contrato.

7.2 Todos os bens arrolados no acervo patrimonial serão confiados ao licitante vencedor, na qualidade de **cessão onerosa do espaço**, mediante **locação mensal de R\$ 500,00**, conforme descrito no instrumento de contrato. Fica a cargo da contratada a manutenção dos equipamentos disponibilizados, tais como ar condicionado, equipamentos de cozinha, mobiliário, banheiros, entregando-os ao final do contrato conforme termo de vistoria no início do contrato.

7.3. **EQUIPAMENTOS DO REFEITÓRIO:** Todos os equipamentos não disponibilizados pela Embrapa e necessários ao preparo e fornecimento das refeições deverão ser fornecidos pela licitante vencedora (, eletrodomésticos (micro-ondas, refrigerador, entre outros), equipamentos de escritório como cadeira, aparelho telefônico, computador e impressora são de responsabilidade da contratada.

7.3.1 LISTA DE BENS A SEREM DISPONIBILIZADOS À CONTRATADA NO ATO DA ENTREGA DO ESPAÇO DO RESTAURANTE:

02 AR CONDICIONADOS;

72 CADEIRAS DE MADEIRA;

01 COIFA DE AÇO;

01 FREEZER VERTICAL;

17 MESAS DE MADEIRA ;

01 MICRO-ONDAS;

01 TELEVISOR 40 POLEGADAS;

01 REFRIGERADOR.

7.4. **UTENSÍLIOS DO REFEITÓRIO** (pratos, bandejas, talheres, toalhas, etc.): Para iniciar as atividades no refeitório, a licitante vencedora deverá abastecer o refeitório com os utensílios (pratos, talheres, bandejas, servidores, etc.), de primeira qualidade, que serão apresentados à Embrapa, com no mínimo, três amostras para avaliação e aprovação. Os utensílios como: pratos, bandejas, talheres, toalhas, guardanapos etc., serão substituídos pela licitante vencedora, sempre que for constatado desgaste dos mesmos. Palitos de dente e sal deverão ser disponibilizados em embalagem individual.

## 8. COMPOSIÇÃO MÍNIMA DO CARDÁPIO DIÁRIO DO REFEITÓRIO

### 8.1 Self-Service com balança.

Os cardápios a serem oferecidos neste serviço deverão conter os seguintes itens:

8.1.1 **SALADAS** - No mínimo 7 (sete) diferentes tipos, sendo:

2 (dois) tipos de vegetal A - folhosos crus (acelga, agrião, aipo, alface, almeirão, chicória, couve, espinafre, rúcula, etc.);

2 (dois) tipo de vegetal A - não folhosos (brócolis, couve-flor, nabo, pepino, rabanete, e tomate, etc.), na forma crua ou cozida;

2 (dois) tipos de vegetais do tipo B (abóbora, abobrinha, berinjela, beterraba, cenoura, chuchu, ervilha em vagem, palmito e vagem), na forma crua ou cozida;

1 (um) grão - cozido (lentilha, soja, grão de bico, trigoilho, brotos, leguminosas, etc.), pelo menos 03 vezes por semana.

8.1.2 **PRATO BÁSICO** - Deverão ser oferecidos no mínimo:

- Arroz branco (tipo 1).

- Arroz integral.

- Feijão cozido (tipo 1 carioquinha e feijão preto).

8.1.3 **PRATO PRINCIPAL** - Deverão ser oferecidas diariamente três (3) opções de carnes, entre as seguintes opções:

1 (uma) espécie de carne bovina de boa qualidade e com pouca gordura;

1 (uma) espécie de carne de ave - peito e filé de peito de frango, sobrecoxa e coxa;

1 (uma) espécie de carne suína ou peixe de cortes. O peixe deverá ser servido pelo menos uma vez por semana;

1 (um) tipo de proteína de soja (texturizada ou não), podendo ser combinada com outro vegetal, de forma a atender o público vegetariano ou com restrições alimentares.

Observações:

Vísceras de todos os tipos (ex: fígado, rins, dobradinha, coração, língua, etc.), ovos e suas preparações, e os derivados cárneos (linguiças, presuntos, hambúrgueres, nuggets, etc.) não serão considerados opções de prato principal, podendo ser servidos apenas como opção de guarnição;

As carnes poderão ser servidas nas formas, fritas, grelhadas, assadas, ensopadas ou cozidas, não havendo repetição da forma de preparo no mesmo dia.

Todas as sexta o prato principal deverá ser feijoada completa(servido com as seguintes guarnições: farofa, couve, laranja e torresmos).

Todas as carnes deverão apresentar registro no serviço de inspeção federal ou estadual (SIF ou IMA).

**8.1.4 GUARNIÇÕES** - Deverão ser oferecidos no mínimo 04 tipos de guarnições, sendo:

1 (uma) opção de prato elaborado à base de tubérculos ou raízes (batata inglesa, mandioca, batata doce, inhame, etc.);

1 (uma) opção a base de farinhas (ex: farofas, feijão tropeiro ou tutu de feijão), ou cereais (ex: canjiquinha, angu, polenta, etc.);

1 (duas) opções elaboradas à base de vegetais do tipo B (abóbora, abobrinha, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, ervilha em vagem, palmito, pimentão, quiabo e vagem), ou A (acelga, almeirão, chicória, couve, brócolis, couve-flor, espinafre, mostarda e repolho), ou frutas, servidos na forma de refogados, assados, suflês e tortas;

1 (uma) opção à base de massas (ex: macarrão, lasanha, nhoque, etc.). Poderá ser servido arroz adicionado de vegetais, frutas secas, carnes ou derivados cárneos (linguiça, presunto ou similar, bacon, etc.), leguminosas (lentilha, ervilhas, etc.), ou laticínios. Ovos (cozido, frito, omelete, etc).

Observação: Não serão permitidos o uso de derivados cárneos ou laticínios de qualidade inferior no preparo das guarnições, tendo como exemplo os apresuntados, salsichas e as formulações de leite, respectivamente.

## **8.2 Self-service sem balança (marmitex)**

A marmitex sem balança será montada por funcionário do restaurante, cujo cardápio a ser oferecido neste serviço deverá conter os seguintes itens:

**8.2.1 SALADAS** - No mínimo 2 (dois) diferentes tipos, sendo:

1 (uma) opção de vegetal do tipo A (acelga, agrião, alface, almeirão, chicória, espinafre, rúcula, brócolis, couve-flor, nabo, pepino, rabanete, tomate, etc.), na forma crua ou cozida. O mesmo vegetal não poderá ser oferecido em dias consecutivos na mesma semana.

1 (uma) opção de vegetal do tipo B (abobrinha, berinjela, beterraba, cenoura, chuchu, ervilha, palmito, e vagem) nas formas crua ou cozida; ou opção de salada composta à base de grãos cozidos (lentilhas, soja ou grão de bico), ou crus (triguilho) com vegetais do tipo A ou B crus ou cozidos, incluindo ainda os brotos de feijão ou outra leguminosa.

**8.2.2 PRATO BÁSICO** - Deverão ser oferecidos no mínimo:

- Arroz branco cozido (tipo 1).

- Feijão comum cozido. (tipo 1 – cariquinha ou preto).

**8.2.3 PRATO PRINCIPAL** - Deverão ser oferecidas no mínimo 02 (duas) opções de carnes nas formas grelhada, assada, ensopada e frita, sendo:

1 (uma) opção de carne bovina de boa qualidade e pouca gordura.

1 (uma) opção de carne de ave, carne suína ou peixe, de boa qualidade e pouca gordura.

1 (uma) opção vegetariana, conforme especificado no item 8.1.3

Observação: O corte costela suína / bovina poderá ser servido no máximo duas vezes por mês como opção de carne desde que tenha boa qualidade, com pouca gordura e grande quantidade de carne.

**8.2.4 GUARNIÇÕES** - Deverá ser oferecida, no mínimo, 1 (uma) opção de guarnição, sendo:

Pratos elaborados à base de tubérculos ou raízes (batata inglesa, mandioca, batata doce, inhame, etc.), ou farinhas (ex: farofas), derivados cereais (ex: canjiquinha, angu, polenta, etc.), ou ainda receitas elaboradas à base de vegetais do tipo B (abóbora, abobrinha, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, ervilha em vagem, palmito, pimentão, quiabo e vagem), ou A (acelga, almeirão, chicória, couve, brócolis, couve-flor, espinafre, mostarda e repolho), ou frutas, servidos na forma de refogados, assados, suflês e tortas.

Pratos à base de massas (ex: macarrão, lasanha, nhoque, etc.).

Observação: Poderão ser ainda disponibilizados como opções outros pratos dos constituintes acima citados compostos ou elaborados com outros produtos. Neste caso, o arroz poderá ser adicionado de vegetais, frutas secas, carnes ou derivados cárneos (linguiça, presunto ou similar, bacon, etc.), leguminosas (lentilha, ervilhas, etc.), ou laticínios. No feijão, que poderá ser de outra variedade, porém de mesma qualidade, poderão ser adicionadas carnes (ex.: feijoada), derivados cárneos ou ovos (ex.: tropeiro).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Não serão permitidos o uso de derivados cárneos ou laticínios de qualidade inferior no preparo das guarnições, tendo como exemplo os apresuntados e as formulações de leite, respectivamente.

## **9. ITENS QUE DEVEM SER COMUNS AOS SERVIÇOS**

**9.1. TEMPEROS** - Os temperos e complementos da refeição, como sal, pimenta do reino, molhos para salada, azeite (100% de oliva), pimenta, farinha, vinagre, mostarda, entre outros, deverão ser oferecidos aos usuários da marmitex e do self-service.

**9.2. SOBREMESAS** - Deverão ser oferecidas sobremesas aos usuários, diariamente, a ser cobrada à parte do custo da refeição, podendo ser oferecidas também opções de doces, chocolates, tortas, pudins etc., na mesma condição de cobrança.

**9.3. BEBIDAS** - Deverá ser disponibilizado para aquisição diariamente sucos industrializados, água mineral natural e gasosa, além de refrigerantes. As bebidas serão cobradas à parte do custo da refeição.

**9.4 ÁGUA MINERAL** - Deverá ser disponibilizado água mineral gratuitamente aos usuários por meio de bebedouro em garrafão de 20 litros e copos descartáveis;

**9.5 ÁGUA FILTRADA** - A Contratada deverá fornecer filtro de água industrial para purificação de partículas pesadas, com capacidade de no mínimo 1000 litros/hora, de forma a reter partículas sólidas em suspensão como: areia, argila, ferrugem, entre outros; redução da turbidez da água pela retenção de limo, grãos de areia e resíduos de encanamento e substâncias orgânicas em suspensão (bactérias, algas mortas, lodo, etc).

## **10. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL**

**10.1** O vencedor da licitação deverá deixar à disposição, diariamente, pratos principais, guarnições e temperos especiais para atender às pessoas que necessitem de uma alimentação diferenciada (pessoas com colesterol alto, hipertensão, celíacos, entre outros). Deverá haver comunicação prévia do usuário de sua necessidade em tempo hábil para viabilização do preparo do alimento.

**10.2** Opção Vegetariana deve ser fornecida diariamente.

## **11. LEGALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL**

**11.1** É de inteira responsabilidade do licitante vencedor a regularidade junto aos órgãos competentes para o exercício de suas atividades comerciais, devendo apresentar à Embrapa a regularização de funcionamento, como ESTABELECIMENTO ou FILIAL integrante de sua estrutura organizacional para fins fiscais e tributários junto aos órgãos oficiais competentes, em especial, junto ao Registro do Comércio e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive a obtenção de talonários e notas fiscais, e regularidade junto aos órgãos sanitários e ambientais.

## 12. DESPESAS COM CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

12.1 As despesas mensais com energia elétrica necessárias ao desenvolvimento das atividades do refeitório serão ressarcidas à Embrapa mediante apuração dos consumos ou valor pré-estabelecido.

12.2 Incumbe à Contratada o pagamento mensal até o dia 15 de cada mês, após a comunicação formal feita pela Embrapa, do consumo medido/estipulado referente ao consumo de energia elétrica e o valor da estipulado no contrato da cessão onerosa do espaço, que serão efetuados diretamente à Embrapa a partir da emissão de uma única Guia de Recolhimento da União (GRU), cuja Nota de Recebimento-NR será quitada pelo Setor de Orçamento e Finanças (SOF).

## 13. FREQUÊNCIA

13.1 A frequência média diária estimada de pessoas que utilizam o refeitório é de 70 (setenta) pessoas no almoço, sendo servidas 45 (quarenta e cinco) refeições do tipo self-service com balança e 25 (vinte e cinco) refeições sem balança (tipo marmitex). A Contratada, com relação ao fornecimento de almoço, será remunerada pelos próprios usuários que consumirão as refeições.

## 14. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

14.1 Fornecer cardápio mensal elaborado e devidamente atestado por nutricionista registrado no Conselho Regional de Nutrição, contemplando o especificado no item 8 deste Termo de Referência, com a indicação do valor energético/calórico das porções, e manter uma cópia em local visível ao usuário.

14.2. As refeições para almoço deverão ser servidas imediatamente após o seu preparo, no restaurante, através do sistema "self-service" ou quentinhas em marmitex nº 9;

14.3. As refeições para almoço deverão ser oferecidas em balcões térmicos, com cubas em aço inoxidável, já disponíveis nos equipamentos de propriedade da Embrapa que farão parte do Contrato. Sempre que necessário deverá ser utilizada cuba semelhante no transporte da refeição, para reposição.

14.4. As refeições self-service deverão ser submetidas a pesagem de cada prato servido, padronizado, em balança eletrônica, descontando-se a tara, já previamente ajustada na balança de pesagem.

14.5. Não poderá ser utilizado subproduto do tipo apresentado e outros na elaboração das refeições no restaurante.

14.6. É vedado o fornecimento, a qualquer título, de bebida alcoólica.

14.7. Os sucos, os refrigerantes, as frutas, as sobremesas serão pagos à parte; sobremesa por unidade ou **quilograma (kg)**.

14.8. As refeições serão servidas em balcão de auto serviço e serão disponibilizados pratos e talheres. As mesas deverão ser forradas com toalhas de tecidos, por conta da CONTRATADA. As referidas toalhas deverão ser trocadas por outras limpas, no mínimo, duas vezes por semana. O provimento, manutenção e lavagem de todas as roupas e panos usados no restaurante ocorrerão por conta da CONTRATADA e não poderão ser lavados nem passados nas dependências do restaurante.

14.9. As refeições devem ser servidas em condições sadias, preparadas com gêneros de primeira qualidade, com ótima apresentação e sabor agradável, dentro das exigências de higiene e técnicas culinárias, de acordo com os cardápios elaborados pela CONTRATADA, aprovados, mensalmente, pela Comissão de Fiscalização do Restaurante da CONTRATANTE.

14.10. É vedada a cobrança de preços diferenciados para os diversos componentes da refeição no sistema self service (um preço para saladas e outro para prato principal).

14.11. Os variados tipos de saladas, assim como as sobremesas, devem ser disponibilizados em balcões separados, dispostos de modo que o consumidor possa se servir conforme sua preferência.

14.12. Os talheres deverão ser ensacados individualmente em saco plástico descartável, juntamente com guardanapos de papel (2 folhas).

14.13. A CONTRATADA deverá preocupar-se em confeccionar as preparações usando a menor quantidade de óleo possível.

14.14. Deverão ser retirados do local dos serviços, diariamente, os alimentos excedentes, não podendo a CONTRATADA, em hipótese alguma, reaproveitar quaisquer tipos de gêneros alimentícios preparados e não servidos no dia, para utilização nos cardápios seguintes.

14.15. A CONTRATADA deverá coletar diariamente amostra de todas as preparações servidas, em recipiente próprio e devidamente higienizado (descartável ou que permita esterilização) e conservá-las dentro das condições técnicas e período de tempo recomendados pela legislação vigente;

14.16. A CONTRATANTE poderá solicitar análise em laboratório microbiológico de amostras de alimentos sob suspeita de contaminação, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus proveniente da emissão de laudo microbiológico.

14.17. A CONTRATADA se obrigará a refazer ou substituir, totalmente ou em parte, alimentos e preparações servidos no restaurante, considerados, pela CONTRATANTE, impróprios para o consumo ou em desacordo com as disposições contratuais.

14.18. A contratada deverá prover suficiente retaguarda de reabastecimento, tanto de preparações quanto de pessoal, de forma a evitar atraso ou paralisação no fluxo dos serviços.

14.19. Apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 30 dias corridos após início das atividades, documento contendo os Procedimentos Operacionais Padrão - POP (conforme estabelece a Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou legislação vigente cabível), bem como o Manual de Boas Práticas elaborado conforme a legislação vigente;

14.20. Desenvolver, implantar e manter as instruções constante nos POPs em todas as áreas constantes na Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 ou legislação vigente cabível.

14.21. O tipo, o quantitativo e a operacionalização dos equipamentos devem atender à demanda de refeições de forma a evitar filas, bem como garantir o efetivo armazenamento dos alimentos sob as temperaturas indicadas na legislação sanitária cabível.

14.22. **Itens não cobrados, servidos como cortesia:**

a) Pimenta em conserva;

b) Açúcar, sal e molho de pimenta em saches;

c) Adoçante dietético em gotas e saches;

d) Canudos embalados individualmente;

e) Chá e cafezinho;

f) Copos, pratos e talheres descartáveis;

g) Embalagem descartável para transporte de refeições (marmita);

h) Guardanapos de papel não reciclado e não sedoso acondicionados em recipientes apropriado;

i) Palitos embalados individualmente.

j) Mexedores de açúcar;

k) Cafezinho / Chás Diversos / Leite caramelizado – deverão ser servidos gratuitamente, em garrafas térmicas, em temperatura ideal para o consumo, no sistema self service e à vontade para os comensais.



## 15. CONTROLE E PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES (ALMOÇO)

15.1. O controle das refeições consumidas será de responsabilidade exclusiva da Contratada.

15.2. O recebimento das refeições consumidas (almoço) é de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor, não se responsabilizando a Embrapa por inadimplência de terceiros (empregados ou visitantes) que deverá disponibilizar as seguintes formas de pagamento: à vista em espécie, em cartão de crédito, cartão de débito, Pix e cartão de refeição cedidos aos funcionários da Embrapa.

15.3. A cobrança aos empregados da Embrapa será realizada no ato da refeição, pelos meios citados no item anterior. Fica a critério da contratada, com anuência do empregado, o estabelecimento do recebimento das refeições no mês subsequente, com vista a diminuir filas no horário das refeições e a demanda na caixa, ficando sob sua responsabilidade a cobrança in loco nos diversos setores nas dependências da Embrapa.

15.4. A cobrança aos usuários externos ou não empregados da Embrapa poderá ser realizada no ato da utilização dos serviços ou a critério da contratada.

## 16. UTILIZAÇÃO DA ÁREA DO REFEITÓRIO PELA EMBRAPA

16.1 A critério da Embrapa, esta poderá utilizar a área do refeitório sempre que necessário. Quando isso ocorrer, a Embrapa fará a comunicação formal, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

16.2 A taxa de energia elétrica será cobrada de forma proporcional, descontando-se da obrigação os dias que a Embrapa utilizou as instalações do refeitório, conforme especificado no item 12.

16.3 A critério da Embrapa, esta poderá solicitar o cancelamento dos serviços, uma vez que considerar necessário. Quando isso ocorrer, a Embrapa fará a comunicação formal, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

## 17. APRESENTAÇÃO DO PESSOAL

17.1 Os empregados do refeitório deverão permanecer no local de trabalho devidamente uniformizados, com uniforme de trabalho de cor branca, adequado à atividade e exclusivo para área de produção, limpos e em adequado estado de conservação. Deve-se manter o asseio pessoal: boa apresentação, asseio corporal, mãos limpas, unhas curtas, sem esmalte, sem adornos (anéis, pulseiras, brincos, etc.); manipuladores barbeados, com os cabelos protegidos e utilizar os acessórios de higiene e segurança (aventais, toucas, luvas, calças compridas, botas de plástico, etc.).

17.2 Deverá ser encaminhado, de imediato, à Embrapa, a relação dos nomes de todas as pessoas que vierem atuar no refeitório, ainda que em caráter eventual, bem como apresentar, quando requerido, os dados de sua identificação.

17.3 Anexo à relação dos empregados, deverá ser encaminhada as cópias das carteiras de saúde devidamente atualizadas, registro do empregado, CTPS (carteira de trabalho e previdência social), ASO (atestado de saúde ocupacional), registro de treinamento dos empregados em programa de capacitação relacionado à higiene pessoal, à manipulação dos alimentos e segurança do trabalho.

## 18. DA PESQUISA DE MERCADO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

18.1. A pesquisa de preços foi realizada com base no art. 10 do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa (RLCE) e com a Instrução Normativa nº 65 de 07/07/2021 do SLTI/MPOG.

18.2. Valor estimado do **quilograma (kg) da refeição é sigiloso, observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016 e o RLCC**. O valor da marmite sem balança corresponderá a até **40% do valor unitário do quilograma (Kg)**.

18.3 O valor do café da manhã e do lanche da tarde deve ser definido com base nos preços praticados no mercado para esses serviços específicos.

18.4. **Os códigos e descrições do “CATMAT”, constantes do “SIASG”, citados pelo “Comprasnet” podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados quanto a especificações e outras características. Neste caso, ou seja, havendo divergência quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas no Edital.**

## 19. FORMA DE CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

19.1. A contratação decorrente do presente certame se dará mediante a assinatura de CONTRATO (minuta no Anexo) no prazo de 5 (cinco) dias após a convocação da licitante vencedora por e-mail;

19.2. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses.

19.3. Se a adjudicatária recusar-se a assinar o Contrato, no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, serão convocadas as licitantes remanescentes, respeitando a ordem sequencial de classificação, mantidas as condições de preço e prazo da licitante vencedora.

19.4 Não será aceito sob nenhuma hipótese acréscimo de valor contratado, por problemas técnicos, operacionais, ou por impossibilidade temporária na execução dos serviços, uma vez que, compromete-se a Contratada com todos os termos do Contrato, significando sua plena adesão;

19.5 As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecerão a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e com as normas internas da Embrapa (RN nº 8, de 17.07.2017 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC).

19.6. Para fins de assinatura do Contrato, e envio de demais documentos referentes ao processo, o fornecedor deverá se cadastrar no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.

19.7. O cadastramento se dará por meio de acesso ao link “Usuário externo – SEI” na página oficial da Embrapa: [https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0) o link também está disponível na página oficial da Embrapa (<https://www.embrapa.br/>).

19.8. Para efetivação do cadastro, o usuário externo, representante legal do destinatário da contratação, deverá:

I) Caso opte por assinar digitalmente por meio de Certificado Digital, enviar à Embrapa por e-mail ( [protocolo.sede@embrapa.br](mailto:protocolo.sede@embrapa.br)):

I.a) Termo de Aceitação das Condições de Uso no SEI da Embrapa assinado digitalmente por meio de Certificado Digital;

I.b) Cópia em PDF do RG com CPF, ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF;

I.c) Cópia do comprovante de residência.

I.1) O uso de assinatura poderá ser com Certificação Digital padrão ICP-Brasil. Também são aceitos os Termos assinados com o assinador [Gov.br](https://gov.br), ferramenta gratuita disponível no link [https://sso.acesso.gov.br/login?client\\_id=assinador.iti.br&authorization\\_id=17fbbf77d34](https://sso.acesso.gov.br/login?client_id=assinador.iti.br&authorization_id=17fbbf77d34).

II. Caso não possua Certificado Digital deverá:

II.a) enviar os documentos citados no item anterior via e-mail ( [protocolo.sede@embrapa.br](mailto:protocolo.sede@embrapa.br));

II.b) neste caso, os originais deverão ser encaminhados por uma das opções abaixo:

II.b.1) via Correios para:

Sede da Embrapa - Protocolo Central

Parque Estação Biológica - PqEB s/nº.

II.b.1.1) Termo de Aceitação das Condições de Uso do SEI da Embrapa preenchido e assinado com assinatura idêntica ao documento apresentado, com reconhecimento de firma por autenticidade/veracidade em Cartório do original;

II.b.1.2) cópia do RG com CPF ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF e cópia comprovante de residência ambos autenticados em cartório; ou

II.b.2) entregue à Unidade da Embrapa mais próxima da sua localidade:

II.b.2.1) Termo de Aceitação das Condições de Uso do SEI da Embrapa preenchido e assinado com assinatura idêntica ao documento apresentado, para a autenticação administrativa por meio de cotejo com o documento original ou com reconhecimento de firma por autenticidade/veracidade em Cartório;

II.b.2.2 ) original e cópia do documento de identificação oficial com foto no qual conste o CPF para fins de autenticação administrativa;

II.b.2.3) original e cópia do comprovante de residência para fins de autenticação administrativa.

19.9. Uma vez que a assinatura se dará pelo representante legal da empresa, as informações solicitadas no item acima são pessoais (pessoa física). O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível.

19.10. O uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa possui norma própria, a Norma n.º 037.001.002.002, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa (BCA) n.º 31, de 17/07/2017, cujos termos devem ser observados pelo Contratado.

## 20. HIGIENIZAÇÃO DO RESTAURANTE

20.1 A licitante vencedora desta licitação se responsabilizará integralmente pela perfeita higienização do ambiente que lhe foi disponibilizado (cozinha, refeitório e banheiros adjacentes), devendo a área permanecer desinfetada, dedetizada, a fim de garantir a ausência de quaisquer animais e insetos nocivos, tais como: ratos, baratas, formigas e moscas, arcando com as despesas respectivas.

20.2 Conforme exigência da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) deverá ser apresentado Manual de Boas Práticas de Fabricação: documento que descreve as operações realizadas pelo estabelecimento, incluindo, no mínimo, os requisitos sanitários, a manutenção e higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, o controle da água de abastecimento, o controle integrado de vetores e pragas urbanas, controle da higiene e saúde dos manipuladores e o controle e garantia de qualidade do produto final. Deverão ser mantidos cartazes de orientação aos manipuladores sobre a correta lavagem das mãos e demais hábitos de higiene, afixados em locais apropriados, bem como utilização de toucas e, se for caso, máscaras.

20.3 Deverão ser esgotadas as caixas de gordura pelo menos trimestralmente por empresa especializada, ou sempre que solicitados pela Embrapa, sendo os custos do serviço de inteira responsabilidade da Contratada.

20.4 A contratada deve obedecer às instruções constantes na Resolução ANVISA RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

## 21. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS / MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA / UNIDADE DE MEDIDA / ENVIO FORMAL DA PROPOSTA DE PREÇOS

21.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

21.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

21.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

21.4 A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR QUILOGRAMA (KG)** da refeição a ser servida no refeitório no horário do almoço, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

21.5. **As propostas deverão ser apresentadas segundo o modelo do Anexo II do Edital da Licitação :**

21.6. Na proposta de preços, o percentual de valor do item admitirá a variação de, no máximo, 2 (duas) casas decimais.

21.7. As propostas deverão conter: Razão Social, CNPJ, Inscrição estadual, Endereço Completo, Telefone e e-mail de contato, dados bancários e **prazo de validade da proposta de preços não inferior a 90 (noventa) dias corridos**.

21.8. Declaração expressa do licitante que estão inclusos no preço da proposta todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, isentando a Embrapa de quaisquer custos adicionais.

21.9. **Assinatura expressa de próprio punho, autenticada ou com certificado digital.**

21.10. Os valores estimados da proposta poderão sofrer variação, para mais ou para menos, de acordo com as necessidades da Embrapa, servindo somente para efeito de cálculo, não implicando obrigação de consumo.

21.11. A proposta deverá ser enviada com o valor do quilograma (kg).

21.12. Na proposta final deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, isentando a Contratante de quaisquer custos adicionais.

21.13. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

## 22. CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

22.1. Para fins de habilitação, além dos critérios estabelecidos no Edital, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

22.1.1. Documentos para a habilitação jurídica:

22.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

22.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

22.1.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

22.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

22.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

22.1.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

22.1.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

22.1.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

22.1.1.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas neste Termo de Referência.

22.1.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;

#### 22.1.2. Documentos para demonstração da capacidade técnica:

22.1.2.1. no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, similar ou compatível com o objeto desta licitação referente à execução satisfatória de objeto compatível da seguinte parcela de relevância: no mínimo 50% do quantitativo a ser contratado (art. 58, II da Lei 13.303/2016). que deverá conter no mínimo:

a) razão social, endereço, CNPJ, lista dos produtos que a empresa contratada forneceu ou dos serviços executados, quantidades, duração ou período do contrato, grau de satisfação, assinatura do responsável da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado e telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante. O documento deverá ser fornecido em papel timbrado da empresa privada ou órgão público que está emitindo.

22.1.2.2. além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

22.1.2.3. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

22.1.2.4. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

22.1.2.5. Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante nem emitidos por pessoas físicas (Acórdão 927/2021 - Plenário TCU - "É irregular a aceitação de atestado emitido por pessoa física para fins de comprovação da capacidade técnica de empresa licitante").

#### 22.1.3. Documentos para demonstração da qualificação econômica financeira:

22.1.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

22.1.3.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

22.1.3.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

22.1.3.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

22.1.3.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

22.1.3.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

22.1.3.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante  
SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante  
LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

22.1.3.8. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018).

22.1.3.9. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em 10%(dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação;

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

22.1.3.10. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

22.1.3.11. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

22.1.3.12. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;

22.1.3.13 Para aplicação do disposto no item 7.1.3.12, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

22.1.3.14. A prorrogação do prazo constante do item 7.1.3.12 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

22.1.3.15. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

22.1.3.16. Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

22.1.3.17. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

#### 22.1.4. Documentos para demonstração da regularidade fiscal:

22.1.4.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

22.1.4.2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.1.5. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital (Anexo III). Será permitido ao licitante que tiver preenchido a declaração de inexistência dos fatos impeditivos informados no Comprasnet, o ajuste do documento nos moldes da declaração de ausência dos impedimentos dos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme Modelo, Anexo III do edital após a solicitação via chat do pregoeiro;

22.1.6. Declaração de Vistoria ou Declaração de não Vistoria, conforme o caso, vide item 24.

22.1.7. A apresentação dos documentos citados será obrigatória para o critério de habilitação, ressalvados os casos de dispensa, por força de dispositivo legal. Poderá ser, também, dispensada a apresentação dos documentos citados, caso o(a) Pregoeiro(a) logre êxito em obtê-lo mediante consulta online em sítio oficial, devendo, neste caso, anexá-lo ao processo eletrônico.

### 23. FISCALIZAÇÃO DO REFEITÓRIO E DO CONTRATO

23.1 A Embrapa designará equipe de Fiscalização do Refeitório, composta de 2 membros efetivos ( Gestor do Contrato e Fiscal Técnico ), com as seguintes atribuições básicas:

- a) Fiscalizar a distribuição das refeições;
- b) Fiscalizar o preparo das refeições, assegurando para que ocorra em perfeitas condições de higiene;
- c) Verificar a qualidade dos gêneros alimentícios e produtos utilizados;
- d) Receber e analisar reclamações de usuários do refeitório, tomando as providências cabíveis para solucionar eventuais problemas;
- e) Fiscalizar o uso correto de bens e equipamentos da Embrapa postos à disposição do refeitório;
- f) Verificar as condições da infraestrutura predial.

23.2 A Embrapa designará também um fiscal administrativo para auxiliar na gestão do contrato.

23.3 Os serviços ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados por gestor designado pela Embrapa, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes da execução contratual, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

23.4. A Fiscalização poderá intervir na programação dos serviços para melhor adequá-las às necessidades da Embrapa.

23.5 A Fiscalização deverá zelar pela boa execução do objeto contratado, de acordo com as condições preestabelecidas; solicitando, quando for o caso, a adoção das providências julgadas pertinentes.

23.6 Quaisquer exigências do gestor do contrato, inerentes ao presente objeto, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

23.7 Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato a qual emitirá Nota de Recebimento ao Setor Financeiro para emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e cobrança à Contratada, dos valores referentes a aluguel ou despesas previstas no instrumento contratual.

23.8 Em caso de não-conformidade, a contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas.

23.9 A Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA e seu preposto todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

23.10 A Fiscalização deverá ter livre acesso aos locais onde a CONTRATADA estiver executando os serviços;

23.11 A Fiscalização emitirá, quando preciso, pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, sugestões de aplicações de sanções e alterações previstas no contrato.

### 24. VISTORIA

24.1. A empresa que desejar participar deste certame poderá fazer vistoria das dependências do Restaurante, na sede da Embrapa Cenargen, em um prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para realização do evento licitatório, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao Setor de Gestão de Logística - SGL, por e-mail: cenargen.sgl@embrapa.br ou pelos telefones (61) 3448 - 4696/4754 de segunda a sexta, das 10h às 16h, limitada a realização da vistoria a um interessado por vez.

24.2. A não realização da vistoria representará aceitação tácita às condições para execução dos serviços, não sendo assim justificativa para o seu não cumprimento. As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.

24.3. Como condição de habilitação, o Licitante deverá apresentar as declarações formal assinada pelo seu representante, com firma reconhecida, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

24.4. A declaração de vistoria será elaborada de acordo com o Anexo I – Declaração de Vistoria.

24.5. A visita tem como objetivo a análise do local onde serão prestados os serviços, bem como, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas licitantes.

24.6. Realizada a visita/vistoria, a área de licitações emitirá o Atestado de Vistoria que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.

24.7. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria no local, firmará declaração conforme modelo que será disponibilizado anexo ao Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço.

24.8. A vistoria poderá ser realizada por representante da empresa nomeado (a) legalmente.

## **25. REAJUSTE**

25.1. Os preços unitários contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do início da execução dos serviços, e nos reajustes subsequentes ao primeiro, a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, na forma do artigo 5º, do Decreto n.º 1.054/1994.

25.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente. Os reajustes serão precedidos de solicitações da Contratada.

25.4. A Embrapa deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

25.5. O reajuste será realizado por apostilamento e no prazo de 30 dias pela CONTRATANTE.

## **26. GARANTIA CONTRATUAL**

26.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez dias) úteis, o comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei 13.303/16.

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

b) seguro – garantia. Ou

c) Fiança bancária.

26.2. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado a critério da Embrapa por igual período, contado da assinatura do contrato.

26.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

26.4. O valor da garantia será atualizado sempre que houver alteração ou revisão do valor do contrato e seu prazo prorrogado sempre que for prestado por meio que seja estabelecido prazo de vigência, como p. ex. seguro garantia e fiança bancária, no mesmo prazo estabelecido e sob as mesmas penalidades.

26.5. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 70 da Lei 13.303/16.

26.6. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

26.7. O prazo de validade da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

26.8. A Garantia, qualquer que seja sua modalidade, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

IV. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

26.9. A modalidade de seguro-garantia só será aceita se constar expressamente a cobertura dos eventos acima indicados.

26.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Embrapa.

26.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Embrapa com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

26.12. A garantia será considerada extinta:

I) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Embrapa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II) Após o término da vigência do contrato e do prazo de validade da garantia.

26.13. A Embrapa não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I) Caso fortuito ou força maior;

II) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

III) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

IV) Prática de atos ilícitos dolosos por empregados da Embrapa.

26.14. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia.

## **27. DA CONTRATAÇÃO E DATA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

27.1. A Embrapa convocará o licitante vencedor para assinatura do Contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

27.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, para negociação e possível adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

27.3. Como condição para celebração do instrumento de Contrato, a(s) licitante(s) vencedor(as) deverá(ão) manter as mesmas condições de habilitação exigidas no Edital;

27.4. A contratada, assim entendido aquela que firmar qualquer tipo de ajuste com a Embrapa, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme o § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

27.5. A Contratada terá até 45 dias corridos após a homologação para iniciar a prestação dos serviços.

## **28. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE A SER CONTRATADA**

28.1. A licitante a ser contratada deverá observar e cumprir as seguintes obrigações:

28.1.1. Supervisionar permanentemente a execução dos serviços de modo a obter uma operação eficiente e eficaz;

28.1.2. Atender de imediato as solicitações, corrigindo no prazo máximo de 1 (um) dia após a solicitação, qualquer ocorrência notificada na prestação dos



serviços contratados;

28.1.3. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Embrapa;

28.1.4. Responder pelos danos causados diretamente ou indiretamente à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

28.1.5. Disponibilizar ou dar condições de transporte aos seus funcionários e identificar os mesmos com crachá;

28.1.6. Responder por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os empregados da contratada não manterão qualquer vínculo empregatício com a Embrapa;

28.1.7. Manter no local dos serviços, um preposto designado formalmente, cozinheiro (a), ajudante de cozinha/auxiliar de serviço, qualificado para a perfeita execução dos serviços e balança(s) suficientes para garantir um atendimento rápido e eficiente. O preposto poderá ser qualquer um dos empregados.

28.1.8. Fornecer cardápio mensal elaborado e devidamente atestado por nutricionista registrado no Conselho Regional de Nutrição, contemplando o especificado no item 8 deste Termo de Referência, com a indicação do valor energético/calórico das porções, e manter uma cópia em local visível ao usuário.

28.1.9. Usar e administrar o refeitório (inclusive os utensílios, maquinários e equipamentos ora cedidos) como se seu fosse, cabendo-lhe integral responsabilidade quanto a sua conservação e manutenção no período da vigência contratual;

28.1.10. Utilizar o refeitório para exercer atividades comerciais de preparo e fornecimento de almoço, sob sua inteira responsabilidade, exclusivamente, para consumo dos empregados da Embrapa e de outras pessoas expressamente por esta indicadas ou autorizadas;

28.1.11. Proceder ao fornecimento de almoço, nos horários entre 11:00 e 14:00 horas, no sistema "Self Service" com balança e na modalidade marmiteix sem balança no horário de 11:00 às 14:00, sem prejuízo da concomitante adoção de outras formas de atendimento, a livre critério da Contratada;

28.1.12. Restituir, findo o presente Contrato, o imóvel e os bens móveis no mesmo estado em que os recebeu, salvo desgaste pelo uso regular, bem como providenciar a imediata baixa do referido estabelecimento, mediante quitação junto aos órgãos fazendários competentes, bem como restituir o refeitório com toda a infraestrutura recebida em **cessão onerosa do espaço**, mediante **locação mensal de R\$ 500,00**, à Embrapa, em perfeito estado de conservação e uso, ressalvados os desgastes decorrentes do uso regular;

28.1.13. Não utilizar os bens ora alugados em finalidade diversa da estabelecida no presente Contrato, estando também vedada a remoção de qualquer dos seus itens, seja para qual finalidade for, sem prévia autorização escrita da Embrapa;

28.1.14. Fornecer refeições de primeira qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda dos empregados da Embrapa, tendo como cardápio básico o estipulado no Termo de Referência do Edital;

28.1.15. Não vender bebidas alcoólicas nas instalações da Embrapa;

28.1.16. Aceitar as eventuais vistorias a serem realizadas pela Embrapa no restaurante para verificar a fiel observância das condições do presente Contrato; Dar ciência imediata à Embrapa de quaisquer multas e/ou notificações que digam respeito ao imóvel alugado, quando não for a Contratada por elas responsável;

28.1.17. Cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e demais prepostos, a qualquer título, as normas emanadas do Poder Público e as Instruções que forem expedidas pela Embrapa pertinentes ao funcionamento do refeitório;

28.1.18. Encaminhar à Embrapa a relação dos nomes de todas as pessoas que vierem atuar no restaurante, ainda que em caráter eventual, bem como apresentar os dados de sua identificação (registro do empregado, carteira de trabalho, lista de entrega dos EPI's e lista de presença em treinamento de segurança); cópia dos comprovantes bancários de pagamento de salário ou contracheques com recebido dos funcionários, bem como o comprovante do recolhimento mensal do FGTS em favor dos empregados, sempre que solicitado pela Contratante;

28.1.19. Cuidar para que seus empregados permaneçam devidamente uniformizados e portando os acessórios de higiene e segurança (máscara, luvas, toucas, etc);

28.1.20. Manter atualizado o seu credenciamento junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, do Ministério do Trabalho, bem como comprovar o seu registro junto àquele Ministério, como fornecedor de alimentação coletiva, em consonância com o Parágrafo Único do Artigo 5º do Decreto nº 78.676, de 8/11/1976, ou legislação subsequente;

28.1.21. Substituir qualquer de seus empregados, sempre que sua atuação ou comportamento for considerado insatisfatório ou incompatível com os interesses da Embrapa, mediante simples comunicação escrita desta;

28.1.22. Efetuar, às suas expensas e em seu próprio nome, aquisições de móveis, equipamentos ou utensílios (talheres, pratos, bandejas, etc.) e cadeiras e qualquer outro item que se fizerem necessários à execução do contrato. Ao término deste, serão retirados pela Contratada, bem como adquirir e disponibilizar aos usuários materiais descartáveis (copos, guardanapos, palitos, etc.) de boa qualidade;

28.1.23. Manter afixado em lugar visível o preço atualizado da refeição (almoço), na modalidade "self-service" e marmiteix;

28.1.24. Observar os princípios de higiene aplicáveis à atividade, inclusive zelar para que toda a área do restaurante (refeitório e cozinha) estejam permanentemente desinfetados, dedetizados, a fim de garantir a ausência de quaisquer animais e insetos nocivos, tais como ratos, baratas, formigas e moscas; e permitir a utilização, pela Embrapa, do restaurante para atender situações especiais.

28.1.25. Executar fielmente o Contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

28.1.26. Manter em bom estado de conservação as instalações e os equipamentos fornecidos pela Embrapa e listados no Anexo I, do Contrato;

28.1.27. Arcar com todas as despesas, inclusive o material necessário à execução dos serviços, mão-de-obra, locomoção, seguros, impostos, bem como os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus empregados, previstas na legislação vigente e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços e aos empregados da Contratada;

28.1.28. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como atualização da situação cadastral junto ao SICAF e recolhimentos mensais dos encargos trabalhistas;

28.1.29. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

28.1.30. Manter o restaurante em perfeitas condições de segurança, conservação e limpeza (interna e externa), arcando com as despesas para tanto necessárias;

28.1.31. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e profissional de todo o seu quadro de pessoal;

28.1.32. Responsabilizar-se pelos seus empregados, no que se refere à observação das normas e procedimentos da Embrapa, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), como também às normas de segurança do trabalho;

28.1.33. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, ou a terceiros por tudo quanto às leis vigentes lhes assegurem, e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade;

28.1.34. Fornecer notas fiscais ou documento equivalente, a todos os consumidores dos seus produtos, quando solicitado;

28.1.35. Arcar com a despesa de consumo de gás, água filtrada para consumo do usuário e para preparação de alimentos, ficando o abastecimento, controle e estoque sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

28.1.36. Arcar com as despesas de substituições de lâmpadas e de todos os dispositivos componentes das instalações elétricas, hidráulicas, ar condicionado e da estrutura predial em decorrência do uso do contrato vigente;

28.1.37. Acondicionar todo o lixo em sacos plásticos específicos, de acordo com as regras de coleta seletiva adotadas na Embrapa, providenciando a retirada diária e acondicionamento em container, de acordo com as normas sanitárias vigentes, bem como apresentar comprovante trimestralmente, ou

sempre que solicitado, da limpeza das caixas de gordura e destinação correta dos resíduos por empresa especializada;

28.1.38. Conservar adequadamente, por sua conta e risco, os estoques de gêneros alimentícios e materiais necessários em quantidades suficientes à execução dos serviços;

28.1.39. A Contratada não poderá, em hipótese alguma, reaproveitar quaisquer componentes de refeição preparada, servida ou não servida, para confecção dos produtos a serem comercializados;

28.1.40. Facilitar a fiscalização de órgãos de vigilância sanitária, no cumprimento de normas, cientificando a Embrapa do resultado das inspeções;

28.1.41. Utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, tais como: detergente com alto poder bactericida, ação fungicida e propriedade viricida, para se obter a ampla higienização dos ambientes, equipamentos e utensílios, bem como das mãos dos funcionários que manipulam alimentos;

28.1.42. Zelar pela limpeza dos sanitários adjacentes ao refeitório, bem como manter sempre disponível material de higiene, como sabonetes líquidos, papel toalha e papel higiênico nos boxes.

28.1.43. Arcar com o custo das análises microbiológicas efetuadas em amostras coletadas no refeitório da Embrapa, sempre que for detectado qualquer tipo de irregularidade no produto analisado ou mal estar em algum usuário;

28.1.44. Aceitar que, por conveniência administrativa, a Embrapa possa alterar, a qualquer época, a localização das instalações, aumentar ou diminuir a área ocupada, desde que seja feita prévia comunicação, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

28.1.45. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, inclusive os que resultarem, direta ou indiretamente, de atos ou omissões de seus empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da Embrapa, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso;

28.1.46. Atender convidados de eventos da Embrapa, nas mesmas condições constantes no presente Contrato, inclusive de preço.

28.1.47. Informar, a qualquer tempo, sobre a existência de impedimento à contratação, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.303, de 2016;

28.1.48. A empresa contratada deverá manter um controle de registro de entrega de EPI's para seus colaboradores mediante assinatura na data de entrega e recebimento. Nessa ficha de registro deve constar a descrição do material, o número do Certificado de Aprovação (CA), o tamanho, o número e a periodicidade de sua troca ou substituição, mediante solicitação do fiscal do contrato e outros órgãos fiscalizadores, a empresa contratada deverá comprovar esse controle e registro desse fornecimento.

28.1.49. A CONTRATADA arcará com a despesa de uso de gás necessário aos equipamentos das áreas de preparo da cozinha e lanchonete, ficando o abastecimento e o controle do estoque necessário sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

## **29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

29.1. Colocar à disposição da CONTRATADA os equipamentos e utensílios existentes na área de instalação do restaurante.

29.2. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

29.3. Designar um Gestor, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, além da Comissão de Fiscalização.

29.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, na área objeto do contrato.

29.5. Fornecer linha direta ou ramal telefônico para ligações urbanas, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA as despesas com as ligações efetuadas.

29.6. Promover semestralmente, ou quando julgar necessário, pesquisa de opinião junto à clientela do restaurante, visando apurar o grau de satisfação em relação aos serviços prestados, bem como propor medidas para a sua melhoria.

29.7. Informar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, sobre a realização de eventos que acarretem acréscimo ao número de comensais.

## **30. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

30.1. A Embrapa designará Gestor do Contrato para operacionalizar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar registros de ocorrências que, via cópia, serão encaminhadas à Contratada objetivando a imediata regularização de irregularidades porventura verificadas;

30.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

30.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

30.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 e 83, e respectivos incisos, da Lei nº 13.303, de 2016.

30.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

30.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

30.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

30.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sendo que responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

## **31. SANÇÕES**

31.1. Conforme Acórdão 754/2015, durante a sessão pública, as falhas cometidas pelas licitantes (exemplo: pedido de desclassificação, não envio da proposta, lançamento de valor inexequível, desclassificação por não atender as especificações técnicas, inabilitação e etc), são passíveis de punição administrativa e abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA).

31.2. As penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, serão processadas e aplicadas nas hipóteses de:

a) retardamento da execução do objeto;

b) falha na execução do objeto;

c) fraude na execução do objeto.

31.3. Caracterizado o comportamento inadequado na condução do objeto, conforme subitem anterior, motivando a inexecução total ou parcial do contrato, a Embrapa poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Embrapa:

a) ADVERTÊNCIA;

b) MULTA;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

31.3.1. A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Embrapa, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

31.3.2. A penalidade de MULTA será aplicada conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, bem como das demais penalidades previstas em Lei:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	(0,5% do valor total do contrato)
2	(1% do valor total do contrato)
3	(1,5% do valor total do contrato)
4	(2% do valor total do contrato)
5	(5% do valor total do contrato)
6	(20% do valor total do contrato)

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o objeto do contrato com atraso em relação ao prazo estipulado.	1	Por dia
2	Executar o objeto do contrato incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa ou substituição indevida de material.	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto contratual.	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar objeto contratual determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado.	6	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
7	Permitir situação que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE.	1	Por ocorrência

10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
----	---	---	----------------

31.3.3. A penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA consiste no impedimento de licitar e contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total registrado em ata e demais cominações legais, e caracteriza-se nos casos de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

31.3.3.1. Será considerada inexecução parcial ou total se o Contratado restar enquadrada em pelo menos 1 (uma) das situações abaixo:

Tabela 3

Grau	Quantidade de infrações	
	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	20 ou mais	40 ou mais
2	10 ou mais	20 ou mais
3	07 ou mais	14 ou mais
4	05 ou mais	10 ou mais
5	02 ou mais	04 ou mais
6	-	01 ou mais

31.4. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

31.5. O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total registrado em ata, o que ensejará a sua rescisão.

31.6. As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da Embrapa, através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo a Embrapa descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado ao Contratado e/ou da garantia prestada (quando for o caso) ou, ainda, cobrar judicialmente.

31.7. Se o valor a ser descontado pela Embrapa for insuficiente, ficará o Contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

31.8. A sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados;
- convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

31.9. A Embrapa deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicadas aos Contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.

31.10. As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

31.11. Caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da comunicação do ato, nos casos de:

- aplicação das penas de multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa;
- rescisão do contrato.

31.11.1. Os recursos referidos não têm efeito suspensivo, porém a autoridade competente tem poder para, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

31.11.2. A comunicação do ato para fins de contagem do prazo recursal será feita, preferencialmente, na forma eletrônica.

31.12. Aplicam-se às licitações e contratos decorrentes deste Termo, as normas de direito penal conforme dispõe o art. 41 da Lei nº 13.303/2016.

31.13. A aplicação das normas de direito penal mencionadas no subitem anterior não afasta a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

31.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

31.15. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Embrapa responsável pela contratação.

### 32. CRITÉRIOS DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO

32.1 Pesquisa de satisfação: A pesquisa de satisfação será realizada semestralmente, em datas não conhecidas previamente pela CONTRATADA.

32.2 A pesquisa será aplicada diretamente pela gestão contratual ou sob orientação destes.

32.3 Em cada aplicação da pesquisa serão escolhidos aleatoriamente, no mínimo, 20 (vinte) usuários do restaurante.

32.4 A pesquisa deverá ser realizada, preferencialmente, no próprio ambiente do restaurante/lanchonete, visando obter maior representatividade do público usuário.

32.5 Para a coleta poderão ser utilizadas pesquisas digitais, urnas, terminais eletrônicos ou pesquisa por entrevista pessoal, a critério dos gestores do contrato, utilizando-se sempre como parâmetro o "modelo do formulário da pesquisa de satisfação" constante neste Termo de Referência.

32.6 A nota geral da pesquisa de satisfação (NPS) será calculada pela média aritmética das pesquisas de satisfação.

32.7 Modelo de formulário da pesquisa de satisfação (Anexo IV).

32.1. A avaliação será realizada pela Comissão de Fiscalização como modo de propiciar à CONTRATANTE a verificação da qualidade na exploração dos serviços, conforme Anexo III.

32.2. O resultado da avaliação técnica dar-se-á trimestralmente por meio da atribuição de Nota Final de Desempenho (NF) e constituirá parâmetro:

32.2.1 para aferição de desempenho da CONTRATANTE na exploração dos serviços; e

32.2.2 para fins de avaliação de prorrogação do contrato.

### 33. MATRIZ DE RISCOS

33.1. A Embrapa e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos, se for o caso.

33.2. É vedada a celebração de aditivos visando o reequilíbrio econômico financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

33.3. Para mitigar riscos na execução contratos deverá ser observado os quadros abaixo referente a matriz de riscos:

Gestão do Contrato								
Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Evento de Risco	Causas	Consequências	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco	Res	
1	Perda de habilitação e qualificação da contratada durante a vigência do contrato	Não cumprimento das obrigações contratuais quanto à habilitação e à qualificação	Atraso no pagamento da contratada Impossibilidade de continuidade do contrato Realização de nova licitação	2	4	8	Aplicar sanções previstas	Emit
2	Fornecimento de refeições de baixa qualidade	Falta de acompanhamento	Problemas no fornecimento; Diminuição de comensais	1	4	4	Acompanhar a execução do contrato e aplicar sanções previstas	Emit
3	Falência da contratada	Falha na gestão administrativa e financeira da contratada	Indisponibilidade de fornecimento de combustíveis Possível suspensão nos serviços de transporte	2	4	8	Fiscalização eficiente, a fim de prever o evento a partir de indícios ocorridos no decorrer do contrato e de indicar a necessidade de nova contratação	Emit

### 34. ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E LIMITES DO CONTRATO

34.1 Os acréscimos e supressões serão regidos pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

### 35. INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

35.1 Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

a) todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

b) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.



## **36. GESTÃO DOS RESÍDUOS E DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

36.1. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação.

36.2. Cabe salientar que os serviços prestados pela empresa deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental e respeito a política de logística reversa de resíduos produzidos em vigor.

36.3. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 3ª Edição/Abril /2020, traz orientações gerais e específicas acerca das licitações sustentáveis, desde a avaliação da necessidade de contratação, passando pelo planejamento da contratação pública com a inclusão de critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade, para se chegar a promoção do desenvolvimento sustentável através da contratação pública. A página 177 do referido guia trata dos critérios que devem conter nas contratações de serviços de alimentação e conforme estabelecida na Resolução RDC Anvisa nº. 216/2004 alterada pela RDC Anvisa nº 52/2014.

36.4. De forma genérica, em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 5 de Junho de 2012 e a Instrução Normativa STLI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que versam sobre a promoção de contratações sustentáveis na Administração Pública e os critérios de sustentabilidade na contratação de serviços, respectivamente, a empresa contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:

- Evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo restaurante/lanchonete, fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- Orientar os empregados da contratada a realizar a separação consciente do lixo, para reciclagem;
- Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria de Trabalho.
- Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

36.5. Para a execução dos serviços, em aspectos gerais atinentes à sustentabilidade ambiental, a contratada deverá observar e adotar as normas distritais e federais.

36.6. O sistema de medição de consumo de energia é individualizado, sendo assim a contratada deve controlar o consumo de energia, buscando soluções e equipamento que tenham menor consumo de energia.

36.7. Deverão ser cumpridas, juntamente com o que está estipulado neste Instrumento, todas as normas inerentes à concessão e a do INMETRO, assim como as normas relativas aos serviços de industrialização e preparação de alimentos, no que competir ao estabelecimento, compreendendo:

- Resolução CNNPA nº33, de 09 de novembro de 1977;
- Código de Defesa do Consumidor;
- Resolução RDC nº216, de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação

36.8. Quanto ao acondicionamento e descarte de resíduos a CONTRATADA compromete-se a recolher diariamente os resíduos internos decorrentes de suas atividades, devidamente acondicionados em sacos plásticos em conformidade com as normas técnicas de higiene aplicáveis. Além disso, fica responsável por recolher o lixo externo, realizando o descarte adequado para o recolhimento no horário apropriado.

36.9. Quanto à separação e identificação do lixo A CONTRATADA é obrigada a separar o lixo orgânico do lixo seco, em conformidade com a legislação federal e distrital.

36.10. A empresa deverá providenciar lixeiras diferenciadas e/ou identificadas para a correta separação do lixo seco e orgânico, em número e dimensionamento adequados em todas as áreas onde se fizer necessário. Todas as lixeiras devem possuir acionamento por pedal ou outro dispositivo similar, visando facilitar o descarte apropriado dos resíduos.

36.11. Quanto à separação seletiva dos resíduos a CONTRATADA deve realizar a separação seletiva de todos os resíduos produzidos em suas dependências e deve armazenar esses resíduos em recipientes adequados até sua retirada para o correto encaminhamento.

36.12. A separação seletiva tem como objetivo facilitar a destinação adequada dos resíduos, contribuindo para a preservação ambiental.

36.13. A CONTRATADA deve utilizar recipientes coloridos, seguindo o padrão de cores definido pela Resolução CONAMA nº 275. Esses recipientes serão fornecidos pela própria CONTRATADA, garantindo a correta identificação e separação dos diferentes tipos de resíduos.

36.14. A CONTRATADA compromete-se a remover diariamente o lixo acondicionado em sacos plásticos apropriados e resistentes. O transporte do lixo deve ser realizado em carrinho equipado com tampa própria para esse fim. O lixo deverá ser depositado em local indicado pelo CONTRATANTE visando à sua correta destinação.

36.15. Em relação ao descarte do óleo proveniente de frituras, a CONTRATADA assume a responsabilidade pelo descarte adequado do óleo proveniente de frituras, sendo estritamente proibido o seu descarte na tubulação de esgoto.

36.16. A empresa deve adotar medidas apropriadas para o correto destino desse resíduo, visando à preservação ambiental.

36.17. A CONTRATADA deve proceder à separação e ao armazenamento adequado do óleo usado, seja de origem animal, vegetal ou mineral. Fica expressamente proibido o descarte desse óleo na rede de esgoto.

36.18. A empresa não deve armazenar sobras de óleo vegetal por mais de uma semana e não deve realizar transformações desse tipo de resíduo em outros subprodutos nas dependências da SJTO. É de responsabilidade da CONTRATADA encaminhar o óleo usado para reciclagem.

36.19. Fica facultada à CONTRATADA a doação dos resíduos orgânicos para compostagem, desde que seja garantido o tratamento social e ambientalmente adequado desses resíduos.

## **37. SUBCONTRATAÇÃO**

37.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **38. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

38.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução

do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **39. NEPOTISMO**

39.1. É vedada a contratação de familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

39.2. Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

### **40. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

40.1. Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Regulamento;

c) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

d) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

e) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

f) Em nenhum caso será promovida alteração contratual em virtude de erro de estimativa do serviço e dos materiais empregados, de responsabilidade da CONTRATADA.

### **41. CONFIDENCIALIDADE**

41.1. A Contratada não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão "a serviço da Embrapa" ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da Contratada, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

41.2. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

41.3. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

41.4. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela Contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento.

41.5. O valor da multa estabelecida será devido em relação à cada informação divulgada.

### **42. ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

42.1. As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I - Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II - O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da Embrapa, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III - A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da Embrapa em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV - A CONTRATADA se responsabilizará como "Controlador de dados" no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V - Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização Embrapa, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI - A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII - Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII - A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX - A Embrapa possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X - A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI - A CONTRATADA deverá informar imediatamente à Embrapa todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela Embrapa e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII - A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela Embrapa, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XII - Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à Embrapa, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV - Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

42.2. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a Embrapa será considerada "Controladora de Dados", e a CONTRATADA "Operadora" ou "Processadora de Dados", salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da Embrapa, será equiparada a "Controladora de Dados", inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

42.3. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a Embrapa venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da Embrapa, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

42.4. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela Embrapa, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela Embrapa dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

42.5. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da Embrapa e em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

42.6. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

### 43. EXTINÇÃO DO CONTRATO

43.1. O Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

- a) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;
- b) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;
- c) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;

III. na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência da CONTRATADA;

VI. caso a CONTRATADA perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. caso a CONTRATADA seja impedida de contratar e licitar com a União, na forma do artigo 7º da Lei 10.520/2005;

X. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com a Embrapa;

XI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

XII. em razão da dissolução da CONTRATADA;

XIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

XIV. quando aplicada penalidade de Multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;

XV. quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste Contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento.

XVI. por determinação judicial.

XVII. Quando caso a Embrapa não disponha de orçamento suficiente para arcar com a manutenção do serviço, em razão de contingenciamento orçamentário.

43.2. Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

43.3. Os casos de extinção contratual convencionados no caput desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

### 44. DA RESCISÃO

44.1. A rescisão do contrato se dará:

- a) de forma unilateral, por interesse público, sem ônus para a Contratante, independentemente de justo motivo, a Embrapa poderá dar por findo o presente Contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, de, no mínimo, 30 (trinta) dias.
- b) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a contratada;
- c) por determinação judicial.

44.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;
- e) inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente;
- g) a não manutenção dos preços ou condições mais vantajosas para a Embrapa,
- h) em caso de restrições orçamentárias.

44.3. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "c", "d", "e", "f" e "g" será efetivada após o regular processo administrativo.

44.4. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial no Diário Oficial da União.

#### 45. COMPLIANCE

45.1. As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

45.2. Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.

II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.

III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.

IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.

V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) parte(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.

VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.

VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

45.3. As partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.

#### 46. DEMAIS INFORMAÇÕES

46.1. Os contratos, ou instrumentos equivalentes, firmados pela Embrapa regulam-se pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, pelos preceitos do direito privado, pela Lei nº 13.243/2016 e pela Lei 13.303/2016, e vinculam-se, para todos os efeitos, à proposta da Contratada.

46.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

46.3. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente no dia útil na localidade da Unidade da Embrapa responsável pela contratação.

46.4. A Embrapa não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 47. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

47.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida por assinatura eletrônica ou certificação não emitida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

#### 48. ESCLARECIMENTOS

48.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente termo de referência deverá ser encaminhado por escrito ao pregoeiro, na Embrapa Cenargen, localizada no Parque Estação Biológica W5 Norte (Final), Asa Norte, Brasília - DF. Endereço para correspondências: Embrapa Cenargen - CEP: 70.770-917, Caixa Postal 02372 - Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08:30h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h - contato: tel.: (61) 3448 4720, e-mail: cenargen.sps@embrapa.br.

#### 49. DISPOSIÇÕES GERAIS

49.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste termo de referência serão dirimidos pela Embrapa Cenargen, segundo as disposições contidas na lei nº 13.303/16, no regulamento de licitações, contratos e convênios da Embrapa (RLCCE) e demais regulamentos e normas administrativas pertinentes.

49.2. Fica eleito o foro da justiça federal da cidade de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

49.3. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na matriz de riscos que sejam de responsabilidade da contratada.

#### 50. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

MARCELLO MASCARENHAS GUIMARÃES

Supervisor do Setor de Gestão de Logística - SGL.

#### 51. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente termo de referência, tendo em vista que o mesmo atende as exigências legais, principalmente quanto ao planejamento da contratação, bem como o objeto pretendido atenderá a demanda da Embrapa. Portanto, entendemos ser conveniente e oportuna a contratação do presente objeto.

[assinado eletronicamente]

**LEONARDO NUNES FONSECA**  
Chefe-Adjunto de Administração

#### ANEXO II – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico 90002/2026 – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, apresento nossa proposta de preço, **conforme**

abaixo especificado:

Dados da Empresa			
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:		Nº:	
Cidade/Estado:		CEP:	
Telefone:			
E-mail:			

Dados do Representante Legal	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
E-mail:	

Dados Bancários	
Banco:	
Agência nº:	
Conta nº:	

**Item 01 - REFEIÇÕES**

2.1 - 45 refeições self-service x 0,600 kg em média x R\$ \_\_\_\_\_/kg = R\$

2.2 - 25 refeições marmitex x R\$ \_\_\_\_\_/Unidade = R\$ \_\_\_\_\_

Soma = R\$

X 22 dias úteis

**Item 02**

2.1 Mensal =

2.2 Anual =

TOTAL MENSAL ITEM 1 + ITEM 2 R\$

Local e data

**Diretor ou representante legal - Identidade**

Nome legível/Carimbo da empresa

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016**

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

.....de..... de \_\_\_\_.

Assinatura do representante legal da Empresa

## MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇOS EXPLORAÇÃO DE DE DE DE RESTAURANTE, PARA ATUAR NAS INSTALAÇÕES DA EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA, PARA ATENDER AOS EMPREGADOS E PÚBLICO EM GERAL, CUMULADO COM LOCAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, QUE ENTRE CELEBRAM SI A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA Embrapa E – A EMPRESA\_\_\_\_\_.

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 7.12.1972, Estatuto da Embrapa, a fim de fazer constar a 29ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de abril de 2025 publicada no DOU Publicado em 30/04/2025, Edição: 81, Seção: 1, Página: 267, por intermédio de sua Unidade: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.348.003/0038-02 e Inscrição Estadual nº 07.316.897-03, sediada no Parque Estação Biológica - PqEB Avenida W5 Norte Asa Norte, BRASILIA, Distrito Federal, CEP 70.770-917 - CENARGEN, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, Sra./Sr. \_\_\_\_\_, ID nº \_\_\_\_\_, C.P.F nº \_\_\_\_\_, **em conjunto com** \_\_\_\_\_, Sra./Sr. \_\_\_\_\_, ID nº \_\_\_\_\_, C.P.F nº \_\_\_\_\_, cujos poderes foram delegados pela Deliberação da Diretoria Executiva da Embrapa nº \_\_, de \_\_/\_\_/20\_\_, publicada no BCA nº \_\_/20\_\_, doravante designada simplesmente Embrapa, e, de outro lado, a sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ sediada em (Cidade/Estado) \_\_\_\_\_, endereço: \_\_\_\_\_, neste ato representada por (cargo) \_\_\_\_\_, (nome) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o Pregão Eletrônico nº /2026, resolveram celebrar o presente Contrato de \_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e pela Norma nº 037.011.003.001 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, D.O.U. 22/4/2024, Ed.. 77, Seção:1, pg. 6, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).), doravante denominado "Regulamento" e pelas seguintes cláusulas e condições.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de preparação de alimentos servidos no lanche (café da manhã e lanchonete) e no almoço (quentinha/marmiteix, self-service por quilo), para atuar nas instalações do restaurante da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, para atender aos empregados e público em geral, conforme detalhamento dos serviços contidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que assinado pelas partes integra o Contrato sem a necessidade de transcrição.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fazem parte inseparável do presente Contrato o Edital do Pregão Eletrônico n. 90002/2026 – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e seus Anexos e a Proposta da Contratada.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOCAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A Embrapa é senhora e legítima possuidora do imóvel e instalações destinadas ao funcionamento do restaurante, localizado na \_\_\_\_\_, com os equipamentos e utensílios de que dispõe, discriminados no Anexo I deste instrumento, o qual, após rubricado pelas partes, passa a integrá-lo independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para viabilizar a execução do objeto contratado, a Embrapa cede o imóvel descrito no caput, em regime de locação, à Contratada, com todas as suas benfeitorias, máquinas, equipamentos e utensílios.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada receberá o imóvel e equipamentos locados livres, desocupados, nas condições constantes do Laudo de Vistoria, o qual, uma vez assinado pelas partes contratantes, passa a integrar este Contrato, sob a forma de Anexo II, independente de transcrição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Cabe à Contratada executar, às suas expensas, durante a vigência da locação, os reparos necessários à conservação do bem referido no caput, de modo a restituí-lo, findo o Contrato, no estado em que os recebeu, salvo desgaste pelo uso regular.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A realização de quaisquer benfeitorias no imóvel dependerá de prévia autorização por escrito da Embrapa, incorporando as mesmas ao imóvel, independentemente de indenização.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Objetivando a perfeita consecução dos objetivos deste Contrato, as partes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas, obrigam-se especialmente ao seguinte:

## I – Obrigações da Embrapa:

1. fiscalizar e acompanhar a execução deste Contrato, na forma que lhe convier;
2. notificar, formalmente e por escrito, à Contratada da suspensão do fornecimento de refeições ou da utilização eventual das instalações do restaurante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo em situações imprevistas que independam da vontade da Embrapa;
3. colocar à disposição da Contratada os equipamentos e utensílios existentes na área de instalação do restaurante;
4. notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
5. designar um Gestor, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, independente da Comissão de Fiscalização do Restaurante;
6. permitir o livre acesso dos empregados da Contratada, na área objeto do Contrato; e
7. fornecer linha direta ou ramal telefônico para ligações urbanas, ficando sob a responsabilidade da Contratada as despesas com as ligações efetuadas.

## II – Obrigações da Contratada:

1. usar e administrar o restaurante (inclusive os utensílios, maquinários e equipamentos nele contidos) como se seus fossem, cabendo-lhe integral responsabilidade quanto a sua imediata legalização como estabelecimento ou filial na cidade onde estarão sendo prestados os serviços, integrante de sua estrutura organizacional para fins fiscais/tributários junto aos órgãos oficiais competentes, em especial junto ao Registro do Comércio e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive com a obtenção de emissão de notas fiscais;
2. utilizar o restaurante exclusivamente para exercer atividades comerciais de fornecimento de refeições para almoço e lanches;
3. operar o restaurante diariamente, de forma ininterrupta, em dias úteis, salvo quando não houver expediente na Embrapa, para fins de fornecimento de refeições, no horário a partir de 11:30horas para o almoço, adotando a forma de atendimento denominada "Self Service";
4. restituir, findo o presente Contrato, o imóvel e os bens móveis no mesmo estado em que os recebeu, salvo desgaste pelo uso regular; providenciar a

imediate baixa do referido estabelecimento, mediante quitações junto aos órgãos fazendários competentes; e restituir o restaurante com toda a infraestrutura recebida em locação à Embrapa, em perfeito estado de conservação e uso, ressalvados os desgastes decorrentes do uso regular;

5. não utilizar os bens ora cedidos em finalidade diversa da estabelecida no presente Contrato, estando também vedada a remoção de qualquer dos seus itens, seja para qual finalidade for, sem prévia autorização escrita da Embrapa;

6. fornecer refeições de primeira qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda dos empregados da Embrapa, tendo como cardápio básico o estipulado no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico n.º /2026 – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia;

7. não vender bebidas alcoólicas nas instalações locadas;

8. manter, na área do restaurante, estrutura adequada às necessidades de higiene, conservação, limpeza e medicina do trabalho, arcando com as despesas que se fizerem necessárias;

9. aceitar as eventuais vistorias a serem realizadas pela Embrapa no restaurante para verificar a fiel observância das condições do presente Contrato;

10. dar ciência imediata à Embrapa de quaisquer multas e/ou notificações que digam respeito ao imóvel locado, quando não for a Contratada por elas responsável;

11. cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e demais prepostos, a qualquer título, as normas emanadas do Poder Público e as Instruções que forem expedidas pela Embrapa pertinentes ao funcionamento do restaurante;

12. manter o restaurante em perfeitas condições de segurança, conservação e limpeza, arcando com as despesas para tanto necessárias;

13. manter o restaurante permanentemente dotados de adequada aparelhagem ou equipamentos de prevenção e extinção de incêndio e sinistros, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz desses equipamentos;

14. encaminhar de imediato à Embrapa a relação dos nomes de todas as pessoas que vierem atuar no restaurante, ainda que em caráter eventual, bem como apresentar, quando requerido, os dados de sua identificação, as quais deverão trabalhar devidamente uniformizadas e portando crachá de identificação;

15. cuidar para que seus empregados permaneçam devidamente uniformizados e portando os acessórios de higiene e segurança (máscara, luvas, toucas, etc.), bem como crachá de identificação;

16. manter atualizado o seu credenciamento junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Ministério do Trabalho, bem como, sempre que solicitado pela Embrapa, comprovar o seu registro junto àquele Ministério como fornecedor de alimentação coletiva, em consonância com o parágrafo único do art. 5º do Decreto n. 78.676, de 8.11.1976 ou legislação subsequente;

17. substituir qualquer de seus empregados, sempre que sua atuação ou comportamento for considerado insatisfatório ou incompatível com os interesses da Embrapa, mediante simples comunicação escrita desta;

18. efetuar, às suas expensas e em seu próprio nome, aquisições de móveis, equipamentos ou utensílios (talheres, pratos, bandejas etc.), que se fizerem necessários a execução do contrato, os quais, ao término deste, serão retirados pela Contratada, bem como adquirir e disponibilizar aos usuários materiais descartáveis (copos, guardanapos, palitos etc.) de boa qualidade;

19. manter afixado em lugar visível o preço atualizado da refeição;

20. observar os princípios de higiene aplicáveis à atividade, inclusive zelar para que toda a área do restaurante (refeitório e cozinha) estejam permanentemente desinfetados, dedetizados, a fim de garantir a ausência de quaisquer animais e insetos nocivos, tais como ratos, baratas, formigas e moscas;

21. permitir a utilização, pela Embrapa, do restaurante para atender situações especiais.

22. manter preposto, aceito pela Embrapa, para representá-lo quando da execução do contrato;

23. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratada;

24. arcar com todas as despesas, inclusive o material necessário à execução dos serviços, mão de obra, locomoção, seguros, impostos, bem como os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais de seus empregados, que deverão ser comprovadas junto a Chefia Administrativa da Unidade, previstas na legislação vigente e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços e aos empregados da Contratada;

25. transportar, por sua conta e risco, seus empregados e os gêneros alimentícios até as instalações do restaurante, objeto deste Contrato.

26. dispor de mão de obra especializada e treinada para o preparo e distribuição de refeições.

27. responsabilizar-se pelos seus empregados, no que se refere à observação das normas e procedimentos da Contratada, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), como também às normas de segurança do trabalho;

28. responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, ou a terceiros por tudo quanto as leis vigentes lhes assegurem, e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade;

29. prover-se de suficiente retaguarda de troco para atender prontamente aos consumidores;

30. fornecer notas fiscais ou documento equivalente, a todos os consumidores dos seus produtos, quando solicitado;

31. arcar com a despesa de consumo de água, luz e gás, ficando o abastecimento, controle e estoque deste último, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

32. obrigar-se a utilizar botijões de gás de cozinha, em cilindros de 45 Kg (quarenta e cinco quilogramas) que deverão obrigatoriamente ficar em local determinado pela administração;

33. arcar com as despesas de substituições de lâmpadas e de todos os dispositivos componentes das instalações elétricas, hidráulicas e outras;

34. não poderá responsabilizar a Embrapa por perdas provenientes da falta de fornecimento de energia elétrica e/ou água, quando o motivo pela interrupção do fornecimento seja proveniente das respectivas Concessionárias;

35. sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Comissão de Fiscalização do Restaurante e o Gestor encarregados de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

36. corrigir, no prazo determinado, as eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, a partir da ocorrência verificada pela Comissão de Fiscalização da CONTRATADA;

37. acondicionar os resíduos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta;

38. providenciar a limpeza semanal das caixas de gorduras localizadas nas áreas de serviço, bem como a troca semestral dos componentes filtrantes das coifas do restaurante.

39. conservar adequadamente, por sua conta e risco, os estoques de gêneros alimentícios e materiais necessários à execução dos serviços;

40. manter quantidades suficientes de gêneros alimentícios para perfeito cumprimento do objeto da contratação, de forma que, no horário de funcionamento, não falte nenhum dos itens dos cardápios de refeição;

41. não reaproveitar, em hipótese alguma, qualquer componente de refeição preparada, servida ou não servida, para confecção dos produtos a serem comercializados;

42. facilitar a fiscalização de órgãos de vigilância sanitária, no cumprimento de normas, cientificando a Embrapa do resultado das inspeções;

43. manter todas as áreas de salões, cozinha, depósito, banheiros e hall, inclusive vidros e paredes, no mais rigoroso padrão de higiene, conservação, limpeza e arrumação;

44. utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, tais como: detergente com alto poder bactericida, ação fungicida e propriedade viricida, para se obter a ampla higienização dos ambientes, equipamentos e utensílios, bem como das mãos dos funcionários que manipulam alimentos;

45. ser responsável pela MESA TÉRMICA (cuba) de pratos quentes/frios para buffet self service, para atendimento de demanda estimada em 70 (setenta) empregados/dia, ou, opcionalmente, comprometer-se, às suas expensas e sem qualquer ressarcimento da Embrapa, em consertar e manter em funcionamento a atual MESA TÉRMICA do restaurante de propriedade da Embrapa;

46. independentemente de quaisquer normas, providenciar a dedetização e desratização, cujo intervalo não deverá exceder a 120 (cento e vinte) dias;

47. aceitar que, por conveniência administrativa, a Embrapa possa alterar, a qualquer época, a localização das instalações, aumentar ou diminuir a área ocupada, desde que seja feita prévia comunicação, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Contratada deverá manter no Quadro da Equipe Técnica profissional nutricionista, devidamente habilitada pelo Conselho Regional de Nutrição, que assuma a responsabilidade técnica da empresa junto ao restaurante. Esse profissional deverá elaborar mensalmente o cardápio do restaurante. O acompanhamento desse cardápio poderá ser realizado por responsável pelas atividades de manipulação dos alimentos, devidamente capacitado, sem prejuízo dos casos onde há a previsão legal para responsabilidade técnica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não serão permitidas, à Contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos e líquidos:



- I – lançamento in natura a céu aberto;
- II – deposição inadequada no solo;
- III – queima a céu aberto;
- IV – deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação.
- V – lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e semelhantes;
- VI – infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- VII – utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;
- VIII – utilização para alimentação humana.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Embrapa a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS CUSTOS DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

A Contratada reembolsará à Embrapa as despesas de água, energia elétrica e impostos incidentes sobre o imóvel, mediante rateio do valor apurado proporcionalmente à área dada em locação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento mensal, referente ao consumo de água e energia elétrica do restaurante, deverá ser feito diretamente à Embrapa até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, por meio de GRU, a ser quitada no Setor de Orçamento e Finanças – SOF da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A taxa mensal referente ao consumo de água e energia elétrica será atualizada monetariamente em 10% (dez por cento) no caso de atraso no seu recolhimento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

Os preços praticados, pela Contratada, são:

Preço unitário do quilograma da refeição fornecida no self-service com balança: **R\$** ----- (----- reais) .

Preço unitário da refeição tipo marmiteix é de **R\$** ----- (----- reais) , correspondendo a 40% (trinta por cento) sobre o valor cobrado pelo quilograma de refeição self-service.

O preço do café da manhã e lanche da tarde é de R\$.....

**Parágrafo Primeiro:** O recebimento das refeições consumidas (almoço) é de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor, que deverá disponibilizar as seguintes formas de pagamento: à vista em espécie, em cartão de crédito, PIX, cartão de débito e cartão de refeição conforme cedido aos funcionários da Embrapa, sendo de responsabilidade da contratada estabelecer contrato com a operadora do cartão refeição praticado.

**Parágrafo Segundo:** É vedado à Contratada praticar preços diferenciados das refeições, independentemente de pagamento à vista ou por cartão.

**Parágrafo Terceiro:** No(s) valor(es) estipulado(s) no caput desta cláusula estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços objeto do presente contrato.

**Parágrafo Quarto:** A cobrança aos empregados da Embrapa será realizada no ato da refeição, conforme especificado no parágrafo primeiro da Cláusula Sexta.

**Parágrafo Quinto:** O valor global anual estimado do contrato é de **R\$**----- (-----) , considerando a quantidade de ----- (-----) refeições diárias e consumo hipotético de 1 kg por usuário, sendo ----- refeições diárias e consumo hipotético de 1 kg por usuário, sendo ----- (-----) refeições do tipo self-service com balança no valor de R\$ ----- (-----) e ----- (-----) refeições sem balança (tipo Marmiteix) no valor de R\$ ----- (-----reais), serão computados 22 dias úteis mensais, em conformidade com o cronograma de fornecimento e com a proposta de preços apresentada pela Contratada.

**Parágrafo Sexto:** O valor global mencionado no parágrafo antecedente poderá oscilar em 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos, independentemente de aditivo contratual, para atender eventuais supressões ou acréscimos na quantidade do produto solicitado e/ou acertado e que se faça necessário e, desde que tenha sido prévia e expressamente autorizado pela administração da Embrapa, devendo o respectivo valor ser calculado com base no preço da proposta apresentada pela Contratada.

#### CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 As despesas mensais com energia elétrica necessárias ao desenvolvimento das atividades do refeitório serão ressarcidas à Embrapa mediante apuração dos consumos ou valor pré-estabelecido.

12.2 Incumbe à Contratada o pagamento mensal até o dia 15 de cada mês, após a comunicação formal feita pela Embrapa, do consumo medido/estipulado referente ao consumo de energia elétrica e o valor da estipulado no contrato da cessão onerosa do espaço, que serão efetuados diretamente à Embrapa a partir da emissão de uma única Guia de Recolhimento da União (GRU), cuja Nota de Recebimento-NR será quitada pelo Setor de Orçamento e Finanças (SOF).

12.3 O valor da locação do imóvel encontra-se devidamente definido no Termo de Referência, servindo como parâmetro para a contratação

#### CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTE

7. O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela CONTRATADA a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia \_\_/\_\_/\_\_, (data de apresentação da proposta), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação a do Índice \_\_\_\_ (\_\_\_), divulgado pelo \_\_\_\_\_, ou outro índice que vier a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

7.1. O direito ao reajuste será constituído após o período de 12 meses, a contar das seguintes datas-base:

- a) O primeiro reajuste terá como data base a data da apresentação da proposta, por ocasião da licitação;
- b) Os reajustes subsequentes terão por data-base a data da formalização do pedido do último reajuste.

7.2. Os efeitos financeiros dos reajustes retroagirão à data de apresentação do pedido de reajuste.

**7.3. a manifestação sobre o reajuste poderá ocorrer por ocasião da manifestação sobre o interesse em prorrogar o contrato, na forma do subitem 19.3 deste instrumento, mesmo que a anualidade não tenha ocorrido.**

**7.4. Na hipótese do item anterior, os reajustes somente serão efetivados após a ocorrência da anualidade.**

**7.5. As partes poderão negociar a redução do percentual do reajuste.**

**7.6. Caso ocorra a prorrogação do contrato, sem manifestação formal sobre o interesse no reajuste, será presumido que a Contratada abdicou desse direito.**

**7.7. Para fins deste Contrato, será presumido a abdicação do direito de requerer o reajuste, nas seguintes hipóteses:**

**I - a prorrogação do instrumento sem registrar formalmente o pedido de reajuste antes da celebração do termo aditivo;**

**II - Não solicitação de reajuste até 90 (noventa) dias após a data que se completa a anualidade contratual**

#### **CLÁUSULA OITAVA– DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido, sem prejuízo da atuação da Comissão de Fiscalização discriminada no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico), pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para efeito do contrato, considera-se:

I. Gestor do contrato: empregado da Embrapa designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;

II. Fiscal técnico do contrato: empregado da Embrapa designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato; e

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os gestores e fiscais técnicos e administrativos serão indicados pela Embrapa por meio da competente Ordem de Serviço, na qual além da identificação completa dos empregados, constarão as atividades e obrigações a serem cumpridas por cada um, conforme os termos da Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017 e posteriores alterações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os fiscais do contrato terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, devendo atuar em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/1993, com a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017 e demais diplomas legais correlatos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os fiscais deverão promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A fiscalização, a qualquer tempo e independentemente de comunicação prévia, poderá promover vistoria em todas as dependências do restaurante, inclusive cozinha, congeladores, refrigeradores, despensas etc., com a finalidade de verificar e avaliar a qualidade dos alimentos servidos aos empregados desta Unidade Descentralizada.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A fiscalização poderá vistoriar os equipamentos, utensílios e materiais descartáveis utilizados no restaurante.

**PARÁGRAFO NONO:** A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da Embrapa ou de seus empregados, conforme previsão do art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses com início na data da última assinatura aposta pelos representantes das partes, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATADA deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

**Parágrafo Terceiro:** Independente da notificação do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá comunicar, ao Gestor Contratual, seu interesse quanto à prorrogação do contrato, em até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

**Parágrafo Quarto:** Caso a CONTRATADA se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar no prazo estabelecido nesta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades.

**Parágrafo Quinto:** A formalização da prorrogação será efetuada por meio de Termo Aditivo.

**Parágrafo Sexto:** A Contratada não tem direito à prorrogação deste Contrato, ficando, a critério da Embrapa, sua manutenção ou não, independentemente de justificativa;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - Pelo atraso na entrega do objeto (produtos e/ou serviços) em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor global mensal, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste Contrato;

III - Pela não entrega do objeto (produtos e/ou serviços), caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela Embrapa ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á a CONTRATADA, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;

**Parágrafo Primeiro:** Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois)

anos;

**Parágrafo Segundo:** A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Terceiro:** As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

**Parágrafo Quarto:** As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

- I - Recolhidas à Conta Única da da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;
- II - Executadas das garantias prestadas;
- III - Compensadas com créditos que, eventualmente a CONTRATADA tenha a receber;
- IV - formas de cobrança previstos em Lei;

**Parágrafo Quinto:** A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

**Parágrafo Sexto:** As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

**Parágrafo Sétimo:** As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

**Parágrafo Oitavo:** A aplicação de penalidades observará o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO – PAA, constante do Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Parágrafo Primeiro:** O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

- a) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;
- b) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;
- c) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

- II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;
- III. na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;
- IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- V. quando for decretada a falência da CONTRATADA;
- VI. caso a CONTRATADA perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VIII. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- IX. caso a CONTRATADA seja impedida de contratar e licitar com a União, na forma do artigo 7º da Lei 10.520/2005;
- X. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com a Embrapa;
- XI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- XII. em razão da dissolução da CONTRATADA;
- XIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.
- XIV. quando aplicada penalidade de Multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;
- XV. quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste Contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento.
- XVI. por determinação judicial.
- XVII. Quando caso a Embrapa não disponha de orçamento suficiente para arcar com a manutenção do serviço, em razão de contingenciamento orçamentário.

**Parágrafo Segundo:** Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Terceiro:** Os casos de extinção contratual convencionados no caput desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO DE CONTRATO OU CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO**

**Parágrafo Primeiro:** É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do CONTRATADO, de qualquer título de crédito em razão deste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o CONTRATADO realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia da Embrapa, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

**Parágrafo Terceiro:** Caso ocorra a sucessão contratual admitida no item anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

**Parágrafo Quarto:** É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**Parágrafo Primeiro:** As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da Embrapa, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da Embrapa em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. A CONTRATADA se responsabilizará como “Controladora de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização Embrapa, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. A Embrapa possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integridade de seus dados pessoais.

XI. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à Embrapa todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela Embrapa e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela Embrapa, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à Embrapa, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

13.1. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a Embrapa será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário neste Contrato. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da Embrapa, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

13.2. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a Embrapa venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da Embrapa, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

13.3. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela Embrapa, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela Embrapa dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

13.4. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da Embrapa e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

13.5. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**Parágrafo Único:** Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

1. todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
2. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA**

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA deverá manter a mais absoluta confidencialidade sobre materiais, dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da presente contratação, bem como tratá-los como matéria sigilosa.

**Parágrafo Segundo.** A CONTRATADA fica terminantemente proibida de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do CONTRATANTE aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

**Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA deverá obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo CONTRATANTE, além das cláusulas específicas constantes deste instrumento.

**Parágrafo Quarto.** Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as políticas de Segurança da Informação e de Controle de Acesso da Embrapa.

**Parágrafo Quinto:** A CONTRATADA não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão “a serviço da Embrapa” ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da CONTRATADA, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO COMPLIANCE

**Parágrafo Primeiro:** As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

**Parágrafo Segundo.** Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

- I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.
- II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.
- III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.
- IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.
- V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) parte(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.
- VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.
- VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

**Parágrafo Terceiro:** As partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

A CONTRATADA e a Embrapa comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

**Parágrafo Primeiro:** Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

**Parágrafo Segundo:** Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimento aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e com as normas internas da Embrapa (RN nº 8, de 17.07.2017 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC).

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA EMBRAPA ( RLCC)

A Contratada declara conhecer as disposições contidas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do link para acesso direto ao documento.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo Aditivo será encaminhado para publicação, pela Embrapa, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, para ser publicado, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; na Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017; no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, publicado no Diário Oficial da União – DOU, Seção III, pág. 14.375 a 14.388, de 1º de agosto de 1996 e vincula-se para todos os fins de direito ao Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026 - Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e respectivos Anexos, realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, e à Proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de suas transcrições.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO NEPOTISMO

É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer controvérsia oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nunes Fonseca, Chefe-Adjunto**, em 28/04/2026, às 12:11, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **13477156** e o código CRC **E7680E1F**.

Referência: Processo nº 21195.000801/2026-52

SEI nº 13477156